



Prova Escrita Objetiva

TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado para o devido registro na ata da sala
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!**

LÍNGUA PORTUGUESA

Aquela bola

- 1 Na volta do jogo, o pai dirigindo o carro, a mãe ao seu lado, o garoto no banco de trás, ninguém dizia nada. Finalmente o pai não se aguentou e falou:
– Você não podia ter perdido aquela bola, Rogério.
- 5 – Luiz Otávio... – começou a dizer a mãe, mas o pai continuou:
– Foi a bola do jogo. Você não dividiu, perdeu a bola e eles fizeram o gol.
– Deixa o menino, Luiz Otávio.
- 10 – Não. Deixa o menino não. Ele tem que aprender que, numa bola dividida como aquela, se entra pra rachar. O outro, o loirinho, que é do mesmo tamanho dele, dividiu, ficou com a bola, fez o passe para o gol e eles ganharam o jogo.
- 15 – O loirinho se chama Rubem. É o melhor amigo dele.
– Não interessa, Margarete. Nessas horas não tem amigo. Em bola dividida, não existe amigo.
– E se ele machucasse o Rubem?
– E se machucasse? O Rubem teve medo de machucá-lo?
- 20 Não teve. Entrou mais decidido do que ele na bola, ficou com ela e eles ganharam o jogo.
– Você está dizendo para o seu filho que é mais importante ficar com a bola do que não machucar um amigo?
– Estou dizendo que em bola dividida ganha quem entra com mais decisão. Amigo ou não.
- 25 – Vale rachar a canela de um amigo pra ficar com a bola?
– Vale entrar com firmeza, só isso. Pé de ferro. Doa a quem doer.
– É apenas futebol, Luiz Otávio.
- 30 – Ai é que você se engana. Não é apenas futebol. É a vida. Ele tem que aprender que na vida dele haverão várias ocasiões em que ele terá que dividir a bola pra rachar e....
– Haverá – disse Rogério, no banco de trás.
– O quê?
- 35 – Acho que não é “haverão”. É “haverá”. O verbo haver não...
– Ah, agora estão corrigindo meu português. Muito bem! Eu não sou apenas o pai insensível, que quer ver o filho quebrando pernas pra vencer na vida. Também não sei gramática.
- 40 – Luiz Otávio...
– Pois fiquem sabendo que o que se aprende na vida é muito mais importante do que o que se aprende na escola. Está me ouvindo, Rogério? Um dia você ainda vai agradecer ao seu pai por ter lhe ensinado que na vida vence quem entra nas divididas pra valer.
- 45 – Como você, Luiz Otávio?
– O quê?
– Você dividiu muitas bolas pra subir na vida, Luiz Otávio? Não parece, porque não subiu.
- 50 – Ora, Margarete...

- Conta pro Rogério em quantas divididas você entrou na sua vida. Conta por que o Simão acabou chefe da sua seção enquanto você continuou onde estava. Conta!
– Margarete...
55 – Conta!
– Eu estava falando em tese...

VERÍSSIMO, Luis Fernando

1

Depreende-se adequadamente do texto que

- (A) a mãe concordava em repreender o filho por não ter dividido a bola.
(B) o pai, apesar de exigir que o filho sempre divida as bolas da vida, não dividia as próprias bolas.
(C) Margarete, a mãe, teme, assim como o pai, que o filho não aprenda a dividir as bolas da vida.
(D) Luiz Otávio, o pai, considera desnecessária a amizade que o seu filho possa ter.
(E) segundo o pai, o aprendizado da vida substitui com êxito aquilo que se aprende na escola.

2

No trecho “Haverá – disse Rogério, no banco de trás” (l. 33), Luiz Otávio é corrigido por seu filho devido ao fato de que a forma verbal “haverá”

- (A) é pessoal e apresenta um sujeito inexistente.
(B) é impessoal, mas poderia tanto ficar no singular quanto ir para o plural.
(C) é pessoal e deve sempre concordar com o seu sujeito.
(D) é impessoal e deveria ir para a 2ª pessoa do plural.
(E) é impessoal e deve ficar sempre na 3ª pessoa do singular.

3

Transpondo-se o trecho “Você dividiu muitas bolas pra subir na vida, Luiz Otávio?” (l. 48-49) para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) serão divididas.
(B) eram divididas.
(C) seriam divididas.
(D) foram divididas.
(E) são divididas.

4

A conjunção destacada no trecho “Conta por que o Simão acabou chefe da sua seção **enquanto** você continuou onde estava.” (l. 52-53), apresenta o valor semântico de:

- (A) causa.
(B) explicação.
(C) concessão.
(D) tempo.
(E) proporcionalidade.

5

O pronome “lhe” no trecho “Um dia você ainda vai agradecer ao seu pai por ter lhe ensinado que na vida vence

quem entra nas divididas pra valer.” (l. 43-45) exerce a função sintática de

(A) complemento nominal.
 (B) adjunto adnominal.
 (C) objeto indireto.
 (D) predicativo do sujeito.
 (E) adjunto adverbial.

6

No trecho “Pois fiquem sabendo que o que se aprende na vida é muito mais importante do que o que se aprende na escola.” (l. 41-43), os vocábulos “que” desempenham, respectivamente, a função de

(A) conjunção, pronome, conjunção, pronome.
 (B) pronome, pronome, pronome, pronome.
 (C) conjunção, pronome, pronome, pronome.
 (D) conjunção, conjunção, pronome, pronome.
 (E) conjunção, conjunção, conjunção, pronome.

7

No trecho “O Rubem teve medo de machucá-lo?” (l. 19), a colocação do pronome destacado foi utilizada de forma adequada. Assinale a alternativa em que há erro quanto à norma culta da língua portuguesa.

(A) É necessário dizer-lhe a verdade.
 (B) Se acenderam as lâmpadas.
 (C) O político que me chamou é meu amigo.
 (D) Nós o persuadíamos.
 (E) Tudo se transforma neste mundo.

A velhinha contrabandista

1 Todos os dias uma velhinha atravessava a ponte entre dois países, de bicicleta e carregando uma bolsa. E todos os dias era revistada pelos guardas da fronteira, à procura de contrabando. Os guardas tinham

5 certeza que a velhinha era contrabandista, mas revistavam a velhinha, revistavam a sua bolsa e nunca encontravam nada. Todos os dias a mesma coisa: nada. Até que um dia um dos guardas decidiu seguir a velhinha, para flagrá-la vendendo a muamba,

10 ficar sabendo o que ela contrabandeava e, principalmente, como. E seguiu a velhinha até o seu próspero comércio de bicicletas e bolsas.

Como todas as fábulas, esta traz uma lição, só nos cabendodescobrir qual. Significa que quem se concentra

15 no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente, ou que muita atenção ao detalhe atrapalha a percepção do todo, ou que o hábito de só pensar o óbvio é a pior forma de distração.

VERISSIMO, Luis Fernando. O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41

8

O primeiro parágrafo que compõe o texto é tipicamente:

(A) dissertativo-expositivo.
 (B) narrativo.
 (C) descritivo.
 (D) dissertativo-argumentativo.
 (E) injuntivo.

9

No segundo parágrafo do texto, nota-se

(A) a demonstração de um fato.
 (B) uma contestação com o parágrafo anterior.
 (C) a confirmação de sentido do texto.
 (D) a explicação aberta em hipóteses.
 (E) uma busca inútil do esclarecimento do texto.

10

Identifica-se o mesmo tipo de complemento verbal observado no trecho “Todos os dias uma velhinha atravessava a ponte entre dois países” (l. 1-2) na seguinte alternativa:

(A) Falta mais investimento na educação.
 (B) O rapaz acordou feliz hoje.
 (C) Convidei o rapaz para a festa.
 (D) Foram ao local da festa.
 (E) Foram confiantes para a festa.

11

No trecho “E todos os dias era revistada pelos guardas da fronteira, à procura de contrabando” (l. 3-4), ocorre um sinal indicativo de crase fixo. Assinale a alternativa em que a ocorrência da crase se dá pelo mesmo motivo.

(A) Sua voz é igual à de um primo meu.
 (B) A cena à qual assisti foi chocante.
 (C) Conversamos a respeito de política, à entrada da Câmara dos Deputados.
 (D) Referiu-se à comissão técnica.
 (E) O espaço foi doado àquela fundação.

12

A partícula “se” no trecho “Significa que quem se concentra no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente” (l. 13-15) exerce a função de

(A) pronome apassivador.
 (B) índice de indeterminação do sujeito.
 (C) pronome reflexivo.
 (D) conjunção integrante.
 (E) conjunção condicional.

13

A conjunção “como”, na abertura do segundo parágrafo, apresenta o valor semântico de

(A) comparação.
 (B) causa.
 (C) conformidade.

- (D) consequência.
- (E) concessão.

14

O sujeito da forma verbal destacada em “nunca **encontravam** nada” é

- (A) indeterminado.
- (B) oração sem sujeito.
- (C) representado por um pronome pessoal.
- (D) composto.
- (E) desinencial ou elíptico.

15

Com base no Manual de Redação da Presidência República, julgue os itens a seguir.

- I – Nas comunicações oficiais, como forma de demonstração de respeito, ao se dirigir ao Delegado de Polícia, deve-se utilizar o tratamento Doutor.
- II – Na nova edição do MRPR, ficou abolida aquela distinção entre ofício, aviso e memorando para passar-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses.
- III – Para a indicação de autoridades ou o encaminhamento de medida provisória, o expediente utilizado deve ser a mensagem.
- IV – O MRPR disciplina o uso dos fechos para todas as autoridades, inclusive as estrangeiras que se encontrem em território nacional.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

INFORMÁTICA

16

A conexão em redes de computadores corporativas depende da conjugação de diversos dispositivos eletrônicos. Dentre eles há um servidor responsável por filtrar as conexões oriundas de dentro da rede privada para a rede mundial de computadores, o qual verifica o conteúdo que está sendo acessado pelos usuários dessa rede, impedindo, muitas vezes, que conteúdos que não dizem respeito aos interesses institucionais sejam bloqueados, tais como redes sociais, sites de conteúdos de vídeos etc. Tal ferramenta auxilia na auditoria interna do acesso à Internet, trazendo segurança à rede institucional e contribuindo também para melhorar a performance de tal acesso, uma vez que ele ainda armazena em cache as páginas acessadas com mais frequência. A ferramenta em questão é um:

- (A) Firewall.
- (B) DHCP.
- (C) Proxy.
- (D) DNS.
- (E) Roteador.

17

Para que seja possível o acesso às redes de computadores, são necessárias várias regras que ditam o funcionamento dos equipamentos e softwares envolvidos nas conexões, conhecidas como protocolos de conexão. A respeito dos protocolos de rede, assinale a alternativa correta.

- (A) O DHCP converte um endereço URL para um endereço IP correspondente.
- (B) O HTML é o protocolo usado nos browsers para navegação em páginas web, porém sem criptografia.
- (C) O SMTP é o protocolo de acesso às mensagens de correio eletrônico em webmails.
- (D) O FTP é responsável pelo download e upload de arquivos, o qual estabelece duas conexões: uma para controle do acesso e outra para a transferência dos dados.
- (E) O TCP é o protocolo de aplicação responsável por requisitar as páginas web do servidor para o cliente.

18

A computação nas nuvens permite o acesso aos arquivos e aplicativos a partir de qualquer lugar e dispositivo conectado à Internet. Em relação a esse conceito, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) iCloud, Google Drive, OneDrive e DropBox são exemplos de cloud storage, ou seja, nuvens de armazenamento.
- (B) As aplicações MS Office Online e Google Docs são exemplos de computação em nuvem do tipo PaaS, ou seja, software como plataforma.
- (C) Ao criar um arquivo no Google Docs, ele é salvo na nuvem Google Drive, porém pode ser baixado para o computador local, caso o usuário deseje.
- (D) Um arquivo criado no MS Word Online pode ser compartilhado por meio de um link para outros usuários o editarem simultaneamente.
- (E) Os dados salvos na nuvem ficam fisicamente armazenados em data centers, os quais são grandes centros de processamento e armazenamento de dados espalhados por todo o mundo.

19

Os certificados digitais são ferramentas importantes na segurança da informação. A respeito de suas características e funcionalidades, analise as assertivas a seguir.


- I – O certificado digital pode ser armazenado em pen drives especiais, chamados de token, ou ainda em cartões inteligentes com chip eletrônico.

- II – O certificado digital armazena as chaves privada e pública de seu proprietário, bem como seus dados pessoais e data de validade.
- III – Os certificados digitais são emitidos pela Autoridade Certificadora Raiz.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s):

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

20

Supondo que a planilha do MS Excel abaixo está sendo editada, assinale o conteúdo resultante na célula após a ação de selecionar o intervalo A1:B2 e clicar em  :

	A	B
1	Vou	Passar
2	Nesse	Concurso

- (A) Vou Passar Nesse Concurso.
- (B) Vou Passar.
- (C) Vou.
- (D) Passar.
- (E) Concurso.

21

Assinale o comando correto no modo texto do sistema Linux para gravar a lista do conteúdo do diretório atual no arquivo diretorios.txt.

- (A) ls > diretorios.txt.
- (B) ls | diretorios.txt.
- (C) ls & diretorios.txt.
- (D) cat diretorios.txt | grep ls
- (E) ls | grep diretorios.txt

22

Em relação às funcionalidades do Windows, assinale a alternativa que atua como um recurso biométrico que dispensa o uso de senhas para acessar o sistema.

- (A) Windows Hello.
- (B) Cortana.
- (C) Central de Ações.
- (D) Hub de Comentários.
- (E) Windows Update.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

23

Sobre a organização judiciária do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA, com base na Lei Estadual n. 16.397/2017.

- (A) Compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a iniciativa de lei que disponha sobre a organização judiciária estadual.
- (B) É competência privativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará criar as unidades judiciárias.
- (C) O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará elaborará o seu regimento interno, disciplinando a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços.
- (D) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 (quarenta e três) desembargadores.
- (E) Ao Poder Judiciário do Estado do Ceará é assegurada autonomia administrativa e financeira.

24

De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Ceará, julgue os itens abaixo e, logo após, assinale a alternativa correta.

- I – O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas.
- II – Nas comarcas vinculadas, existirão os distritos judiciários.
- III – Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos em portaria expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.
- IV – As comarcas do interior do Estado serão agrupadas em zonas judiciárias.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (E) Nenhum está correto.

25

Nos termos da Lei n. 16.397/2017, que disciplina a organização judiciária do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

- (B) Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de “egrégio Tribunal”, e a seus membros o de “Excelência”, com o título de desembargadores, os quais conservarão, bem assim as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria.
- (C) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, o vice-governador e os deputados estaduais.
- (D) É competência do Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça.
- (E) O Tribunal de Justiça poderá alterar o número de seus membros por resolução aprovada pelo seu Tribunal Pleno.

26

São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, exceto

- (A) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública.
- (B) Juizados Especiais Cíveis, Criminais, Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública.
- (C) Auditoria Militar.
- (D) Tribunal de Justiça Militar.
- (E) Justiça de Paz.

27

Dentre as competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, analise os itens abaixo e assinale a correta.

- I – Prover, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, os cargos necessários à administração da justiça.
- II – Eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes.
- III – Encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Legislativo.
- IV – Processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* apenas contra atos do Governador do Estado.

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Nenhum item está correto.

28

Sobre os órgãos que compõem o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

- (B) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo corregedor-geral da Justiça.
- (C) Vagando os cargos de presidente do Tribunal, de vice-presidente ou de corregedor-geral da Justiça, no curso do primeiro ano de mandato, proceder-se-á, dentro de 25 (vinte e cinco) dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que aquele que for eleito presidente do Tribunal não poderá ser reconduzido para o período subsequente.
- (D) Vagando os cargos de presidente ou de vice-presidente do Tribunal, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, a substituição, durante o período que restar, far-se-á do presidente pelo vice-presidente do Tribunal, e deste pelo desembargador mais antigo, sendo que, nessa hipótese, não haverá óbice a que o substituto concorra à próxima eleição.
- (E) Vagando o cargo de corregedor, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, será designado para completar o mandato o desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

29

Sobre as competências dos integrantes dos cargos de direção, identifique-as e relacione as lacunas com a respectiva autoridade.

- (1) Presidente do Tribunal de Justiça
- (2) Vice-presidente do Tribunal de Justiça
- (3) Corregedor-geral de Justiça

- () Avaliar o desempenho dos juízes em estágio probatório para o fim de vitaliciamento.
- () Suspender a execução de liminar ou de sentença, nos casos previstos na Legislação Federal.
- () Presidir a distribuição dos processos no Tribunal, bem como assinar as atas e livros respectivos, organizados e guarnecidos pela Secretaria Judiciária.

Assinale a sequência correta.

- (A) 1 – 2 – 3
- (B) 1 – 3 – 2
- (C) 3 – 1 – 2
- (D) 2 – 1 – 3
- (E) 3 – 2 – 1

30

Nos termos do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA sobre os órgãos julgadores do Tribunal de Justiça.

- (A) O Tribunal de Justiça tem como órgãos julgadores: o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Seção de Direito Público, a Seção de Direito Privado, a Seção Criminal, as Câmaras de Direito Público, as Câmaras de Direito Privado e as Câmaras Criminais.

- (B) O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos membros da Corte, sendo presidido pelo presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo vice-presidente ou pelo desembargador mais antigo.
- (C) O Órgão Especial é composto por 19 (dezenove) desembargadores, escolhidos na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.
- (D) As Seções de Direito Público, de Direito Privado e Criminal são formadas, respectivamente, pelos integrantes das Câmaras de Direito Público, de Direito Privado e Criminais.
- (E) Cada Câmara será composta por 5 (cinco) desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 3 (três) deles.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31

Astolfo, presidente da República, edita decreto promovendo indulto e comutação de penas. No entanto, o referido ato normativo foi questionado pela Procuradoria-Geral da República, sob o entendimento de que ele se mostrava muito benéfico a condenados por crimes de colarinho branco. Considerando o texto constitucional e também a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

- (A) os termos do decreto não podem ser revistos pelo STF em nenhuma hipótese, na medida em que o ato presidencial é imune à atuação judicial.
- (B) os termos do decreto não podem ser revistos pelo STF, a não ser que haja violação ao comando constitucional que proíbe o benefício aos condenados por crimes hediondos e equiparados.
- (C) os termos do decreto podem ser livremente revistos pelo STF, em atenção à teoria dos freios e contrapesos.
- (D) os termos do decreto poderiam ser revistos livremente, mas a PGR não tem legitimidade para questioná-lo perante o STF.
- (E) os termos do decreto podem ser revistos, quando o Tribunal entender que o presidente agiu fora da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo o STF fixar novas balizas.

32

No tocante aos princípios fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora tenha grande densidade normativa, o princípio da dignidade da pessoa humana não está positivado expressamente no texto constitucional.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é caracterizada como princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (C) A participação do Senado Federal na escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal é uma das formas de concretização do princípio da separação de poderes.

- (D) O pluralismo político e o pluralismo partidário são expressões sinônimas dentro dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) O repúdio ao terrorismo e ao racismo é considerado fundamento da República Federativa do Brasil.

33

Determinada associação fundada para a defesa dos consumidores ajuíza ação ordinária representando seus associados na busca por determinado direito.

Considerando o que dispõe o texto constitucional e a orientação jurisprudencial dominante, marque a alternativa correta.

- (A) A associação, desde que constituída há mais de um ano, pode ingressar em juízo, sendo necessária a autorização expressa de cada um dos associados.
- (B) A associação, desde que constituída há mais de um ano, pode ingressar em juízo, sendo prescindível a autorização expressa de cada um dos associados.
- (C) Além da exigência de constituição há mais de um ano, a associação precisará da autorização expressa dos associados tanto na representação quanto na substituição processual.
- (D) Por se tratar de hipótese de representação processual, é necessária a autorização expressa dos associados, não sendo caso de exigir a constituição da associação há no mínimo um ano.
- (E) Por se tratar de hipótese de substituição processual, é prescindível a autorização expressa dos associados, não sendo caso de exigir a constituição há no mínimo um ano.

34

Jorge, filho de mãe chilena e de pai boliviano, nasceu no Brasil quando sua mãe aqui trabalhava, a serviço da Argentina. Ao completar 32 anos de idade, Jorge, que residia no Chile com seus pais, resolve vir morar no Brasil e concorrer ao cargo de senador da República.

Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) Jorge é brasileiro nato, independentemente de qualquer condição, podendo candidatar-se ao cargo pretendido.
- (B) Jorge será brasileiro nato caso venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (C) Jorge não é considerado brasileiro nato, mas pode se naturalizar e, assim, concorrer ao cargo de senador da República.
- (D) Jorge não é considerado brasileiro nato, mas pode se naturalizar. Entretanto, ainda não possui idade suficiente para concorrer ao cargo de senador da República.
- (E) Jorge é considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer condição. Entretanto, ainda não possui idade suficiente para concorrer ao cargo de senador da República.

35

Michel, deputado estadual ligado à área da segurança pública, inconformado com a grande onda de violência que assola seu Estado, resolver apresentar projetos de lei com vistas a frear a criminalidade crescente.

O projeto ALFA tem por objetivo instalar bloqueadores de sinal de celular junto aos presídios locais; já o projeto BETA visa dar prioridade aos processos criminais quando envolverem crimes hediondos.

Submetidos à apreciação da Assembleia Legislativa, os projetos foram aprovados e sancionados pelo Governador, sendo promulgadas as leis.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) ambos os projetos são inconstitucionais, por contarem vício de iniciativa, na medida em que as propostas deveriam ter nascido do governador.
- (B) ambos os projetos são inconstitucionais, pois invadem competência da União para legislar sobre telecomunicações e sobre direito processual.
- (C) somente o projeto ALFA é constitucional, sendo inconstitucional o projeto BETA.
- (D) somente o projeto BETA é constitucional, sendo inconstitucional o projeto ALFA.
- (E) ambos os projetos são constitucionais.

36

João, analista judiciário do TJ-CE, resolve candidatar-se a prefeito no Município de Juazeiro do Norte, vencendo as eleições.

Ao levar ao setor responsável a informação de que teria sido diplomado pela Justiça Eleitoral, foi informado de que o tempo de mandato eletivo seria contado para todos os efeitos, exceto a promoção por merecimento. Foi-lhe dito também que, se houvesse compatibilidade de horários, ele poderia acumular as funções de prefeito com o cargo público que ocupava.

Considerando tais informações, assinale a opção correta.

- (A) Mesmo havendo compatibilidade de horários, João não poderá acumular o cargo eletivo com o de analista judiciário. Está correta a informação sobre a contagem do tempo relativo ao exercício do mandato.
- (B) Para ocupar o cargo eletivo, João precisará pedir exoneração de seu cargo efetivo, independentemente de eventual compatibilidade de horários.
- (C) Havendo compatibilidade de horários, João poderá acumular o cargo efetivo com o mandato de prefeito.
- (D) Mesmo havendo compatibilidade de horários, João não poderá acumular o cargo eletivo com o de analista judiciário. Contudo, a contagem do tempo relativo ao exercício do mandato não pode ser levada em consideração para a promoção por antiguidade.
- (E) João poderá acumular ambos os cargos, sem prejuízo da remuneração. Entretanto, fica afastado da promoção por merecimento.

37

Após regular instrução, José foi condenado pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza. Inconformado, interpôs apelação, que não foi provida pelo TJ-CE. Entendendo ter havido afronta à Constituição Federal, o advogado orientou José sobre o único recurso que seria cabível.

Nessa situação, o recurso adequado à hipótese seria:

- (A) recurso extraordinário, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (B) recurso especial, endereçado ao Superior Tribunal de Justiça, para somente daí seguir para o Supremo Tribunal Federal.
- (C) recurso ordinário, endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) recurso extraordinário, endereçado ao Supremo Tribunal Federal, devendo ser demonstrado que a questão controvertida nos autos apresenta repercussão jurídica, econômica, política ou social.
- (E) reclamação constitucional endereçada ao Supremo Tribunal Federal.

38

A respeito das funções essenciais à Justiça, julgue os itens a seguir.

- I – Os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública gozam da garantia da vitaliciedade, adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- II – O Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública são instituições dotadas de autonomia administrativa, funcional e orçamentária.

Considerando essas assertivas, é correto afirmar:

- (A) Ambas as afirmações estão corretas.
- (B) Apenas a alternativa I está correta, pois as instituições listadas no item II não são dotadas de autonomia.
- (C) Apenas a alternativa I está totalmente correta, porque a autonomia é conferida somente ao Ministério Público e à Defensoria Pública.
- (D) A afirmação I está totalmente errada, enquanto a segunda afirmação só está correta quanto ao Ministério Público.
- (E) A afirmação I está parcialmente correta, pois apenas os membros do Ministério Público gozam de vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício. Quanto ao item II, está parcialmente correto, pois a Advocacia Pública não conta com autonomia.

39

Considerando a classificação das constituições, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição brasileira de 1988 pode ser considerada semirrígida, pois há um processo mais rígido de alteração se comparado às normas ordinárias e também as cláusulas pétreas, matérias sobre as quais não pode existir proposta tendente a abolir.
- (B) Considera-se histórica a Constituição brasileira de 1988, na medida em que foi promulgada de acordo com o contexto histórico prevalente àquela época.
- (C) Nenhuma Constituição brasileira teve a marca de ser outorgada, uma vez que elas contaram com a participação popular em sua formação.
- (D) Uma Constituição eclética é aquela que reflete um só pensamento ideológico, como é o caso da brasileira de 1988.
- (E) Quanto à finalidade, a Constituição brasileira de 1988 é tida como dirigente, pois possui texto extenso, trazendo direitos fundamentais de 1ª e de 2ª geração.

40

Acerca da Administração Pública na Constituição Federal e sua interpretação jurisprudencial, marque a alternativa correta.

- (A) Na acumulação lícita de cargos públicos, deve ser observado o limite semanal de 60 horas, além de observada a compatibilidade de horários. Nessas situações, o teto constitucional é verificado na totalidade das remunerações, e não de forma isolada em cada cargo.
- (B) A proibição na prática do nepotismo atinge somente até o 2º grau de parentesco, não alcançando o chamado nepotismo cruzado.
- (C) Estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa não só ocupantes de cargos efetivos, aplicando-se a norma até mesmo aos ocupantes de cargos políticos, exceto o de presidente da República. Em tais ações, o processo terá início no Juízo de 1º grau.
- (D) A Constituição, em seu artigo 37, § 6º, adotou a teoria do risco administrativo, na qual o Estado responde subjetivamente pelos atos praticados por seus agentes e por prestadores de serviços públicos.
- (E) Os brasileiros e estrangeiros possuem livre acesso à ocupação de cargos públicos.

41

Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos direitos da nacionalidade e aos direitos políticos.

- (A) Mesmo havendo a dissolução do vínculo conjugal no curso do mandato por divórcio ou por morte, o cônjuge do detentor de mandato de governador será alcançado pela inelegibilidade reflexa.
- (B) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (C) Perderá a nacionalidade o brasileiro nato que voluntariamente optar por se naturalizar a outro país.
- (D) Militares das Forças Armadas ou das forças auxiliares do Exército, caso contem com menos de dez anos de atividade, deverão afastar-se definitivamente para concorrerem a mandatos eletivos.

- (E) São símbolos da República Federativa do Brasil: bandeira, hino, selo e armas.

42

Lei do Estado X, publicada em abril de 2019, prevê que os condutores de veículos automotores, caso desejem apresentar recurso administrativo contra multas de trânsito, deverão previamente efetuar o recolhimento dos valores relativos à notificação.

Irresignado, deputado federal ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, apontando violação ao direito de defesa.

Com base nas informações fornecidas, é correto afirmar que a lei em questão

- (A) ofende a Constituição Federal, na medida em que fere o direito de defesa ao exigir pagamento da multa para a admissibilidade do recurso administrativo, sendo cabível a ação proposta e possuindo legitimidade o seu autor.
- (B) não ofende a Constituição Federal, pois foi ajuizada dentro do poder de polícia do Estado-membro. Contudo, ação judicial se mostra cabível, possuindo legitimidade o seu autor.
- (C) não ofende a Constituição Federal, por estar dentro da possibilidade de o Estado legislar concorrentemente com a União sobre trânsito e transporte. Já a medida judicial escolhida não se mostra cabível, pois a ação direta de inconstitucionalidade se presta unicamente para o questionamento de leis e atos normativos federais.
- (D) ofende a Constituição Federal, pois cabe à União legislar privativamente sobre trânsito e transporte. Já a medida judicial escolhida não se mostra cabível, pois a ação direta de inconstitucionalidade se presta unicamente para o questionamento de leis e atos normativos federais.
- (E) ofende a Constituição Federal, na medida em que fere o direito de defesa ao exigir pagamento da multa para a admissibilidade do recurso administrativo. Contudo, embora a ação seja cabível perante o STF, deputado federal não está no rol dos legitimados para seu ajuizamento.

43

No tocante à Organização dos Poderes do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) As imunidades formais garantem que, desde a posse, parlamentares só podem ser presos em flagrante delito em crimes inafiançáveis, dependendo a abertura de processo de autorização da respectiva Casa Legislativa.
- (B) Cabe ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de cargos e de órgãos públicos, quando vagos.

- (C) Está entre as competências originárias do STF a de processar e julgar, nas infrações penais comuns, o presidente da República, não se estendendo o foro por prerrogativa de função para o julgamento de ações populares e de ações civis públicas.
- (D) Compete ao Senado Federal, por meio de decreto legislativo, suspender, no todo ou em parte, norma declarada inconstitucional pelo STF.
- (E) A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, para mandato de quatro anos, exigindo-se idade mínima de 21 anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

44

Assinale a alternativa correta, considerando aspectos do direito administrativo.

- (A) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar. A exigência da edição de lei compreende o conteúdo do princípio da reserva legal.
- (B) Considere que Agenor tenha impetrado mandado de segurança questionando a legalidade de determinado ato administrativo praticado por servidor público. Nesse caso, sendo constatada a ilegalidade apontada no remédio constitucional, o juiz poderá revogar o ato administrativo.
- (C) É lícita a acumulação de cargos públicos, desde que seja na Administração direta, sendo vedada a acumulação na Administração indireta.
- (D) A aposentadoria de servidor do TJ-CE, por ser ato composto, precisa ser homologada pelo Tribunal de Contas estadual.
- (E) O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará realizou concurso para provimento de trinta cargos efetivos de Técnico Judiciário. Os aprovados serão servidores públicos da Administração direta do Estado.

45

Governador do Estado do Ceará editou ato afetando um determinado terreno de propriedade do Estado para integrar um espaço cultural criado para uso coletivo da população. Sabendo que a afetação é ato discricionário, é correto afirmar:

- (A) Por se tratar de ato discricionário, o Poder Judiciário não poderá realizar controle de legalidade no ato praticado.
- (B) Pela teoria dos motivos determinantes, o ato dispensa motivação por ser discricionário.
- (C) O ato administrativo que altera destinação de área pública tem fundamento no poder de polícia.
- (D) Se o ato apresentasse vício no elemento forma, poderia ser convalidado, desde que demonstrado o interesse público.

- (E) O bem público, após a destinação de uso comum do povo, poderá ser alienado pela modalidade tomada de preços, desde que o valor da avaliação esteja dentro dos limites dessa modalidade.

46

Considere que o motorista de um veículo oficial do TJCE, ao trafegar em velocidade acima do limite legal, tenha colidido contra um veículo de particular que estava devidamente estacionado. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) Embora o Estado seja obrigado a indenizar o dano, será proposta ação de regresso contra o servidor causador do dano no caso exclusivo de dolo.
- (B) A responsabilidade civil objetiva do Estado está presente na situação descrita. Desse modo, basta que o lesado demonstre fato, nexos causal e dano sofrido.
- (C) A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.
- (D) Na situação apresentada, o dever de indenizar independe da existência de nexos causal, em razão de o veículo estar devidamente estacionado.
- (E) A Administração não responderá pelos danos causados ao veículo particular, desde que se comprove que o motorista da viatura policial dirigia de forma diligente e prudente.

47

Assinale a alternativa correta, considerando aspectos do direito administrativo.

- (A) Órgão do Poder Judiciário federal constatou que servidor ocupante de cargo de técnico judiciário está acumulando seu respectivo cargo com outro cargo eletivo de deputado estadual. Foi instaurado processo administrativo para avaliar a acumulação dos cargos. Com o término do processo, a comissão alegou que a acumulação é constitucional. O relatório da comissão está de acordo com a Constituição de 1988.
- (B) As autarquias são criadas por lei para desenvolver atividade típica de Estado e, em certos casos, para o desempenho de atividade comercial e industrial.
- (C) Pode-se afirmar que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.
- (D) Empresa pública estadual poderá contratar sem licitação caso o valor do objeto seja inferior a R\$ 176.000,00, que representa o valor da modalidade convite para compras e serviços.
- (E) As empresas estatais responderão de forma subjetiva em relação a dano provocado ao particular na prestação de serviço público.

48

O direito administrativo representa o estudo da Administração Pública, compreendendo os órgãos, as entidades e os agentes públicos. Sobre aspectos dessa ciência, assinale a alternativa certa.

- (A) Determinado agente público pratica ato ilegal ou não realiza ato que estava obrigado a praticar por força de lei. Nesse caso, o princípio da Administração Pública que ele está violando é o da impessoalidade.
- (B) O princípio da eficiência alcança apenas as atividades praticadas pelos agentes, pois a eficiência dos órgãos e das entidades é presumida.
- (C) O poder de polícia pode ser exercido sem previsão legal, pois há situações em que a discricionariedade do agente é necessária para preservar o interesse público.
- (D) O poder regulamentar concretiza-se pela edição de decreto de competência dos chefes do Poder Executivo. Nos termos da Constituição Federal, quando o decreto regulamentador expedido pelo Executivo é exorbitante, caberá a sua suspensão pelo Senado Federal. Esse controle é classificado como externo e parlamentar.
- (E) O princípio da proporcionalidade deve constar no exercício do poder de polícia. Esse princípio, quando observado, impede a aplicação de penalidade superior à necessária.

49

Sobre desconcentração e descentralização da atividade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na desconcentração, presume-se a existência de duas pessoas jurídicas com o objetivo de assegurar a eficiência na gestão administrativa.
- (B) A desconcentração representa a execução de atividade pelo Estado de forma indireta e mediata.
- (C) A desconcentração ocorre por meio da criação de entes da Administração indireta.
- (D) A desconcentração é forma de repartição interna da competência atribuída a ente estatal.
- (E) A desconcentração somente ocorre na Administração direta em razão de os órgãos não possuírem personalidade jurídica.

50

O Estado do Ceará é pessoa jurídica de direito público com capacidade administrativa e política. O Estado pode desenvolver sua atividade administrativa por meio de sua Administração direta e indireta. Sobre os entes que integram a Administração indireta, indique a alternativa correta.

- (A) As autarquias são dotadas de personalidade jurídica de direito público, possuem autonomia administrativa e financeira e competência para legislar.

- (B) O capital das fundações públicas que exercem atividade econômica é integralmente público.
- (C) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado autorizadas por lei específica, logo estão submetidas às normas comuns. Ainda, é possível afirmar que o capital é público e privado.
- (D) As ações comuns em que autarquia do Estado do Ceará figure como parte são julgadas e processadas na Justiça Estadual do Ceará.
- (E) As fundações públicas terão sua área de atuação definida por lei ordinária federal.

51

Os princípios são vetores que devem ser atendidos no exercício da função pública. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade exige atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé. Esse princípio é prescindível nas atividades das entidades de direito privado da Administração indireta.
- (B) O princípio da autotutela fundamenta a Administração anular seus atos quando ilegais e revogá-los quando inconvenientes e inoportunos.
- (C) O princípio da impessoalidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- (D) O princípio da publicidade exige objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- (E) O princípio da eficiência autoriza que a atividade administrativa seja praticada sem observância, pois o fim desejado é o pronto atendimento ao administrado.

52

As modalidades de licitação representam o conjunto de regras que devem ser observadas na realização de um determinado procedimento licitatório. Técnico judiciário do TJCE buscou informações sobre modalidades de licitação. Após a consulta realizada, é correto afirmar que

- (A) a modalidade de licitação concurso ocorre entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três.
- (B) a modalidade de licitação concorrência ocorre entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (C) a modalidade de licitação convite ocorre entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (D) a modalidade de licitação leilão ocorre entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legal-

mente e para compra de bens imóveis de qualquer valor, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

- (E) a modalidade convite ocorre entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.

53

A Lei n. 8.666/1993 autoriza excepcionalmente a contratação direta por meio de dispensa de licitação. Marque a alternativa que indica essa possibilidade.

- (A) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- (B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) Para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
- (D) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de trezentos e sessenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

54

Em relação ao poder de polícia, julgue os itens a seguir.

- (A) O poder de polícia não tem relação com atividade exercida pela vigilância sanitária.
- (B) O poder de polícia será sempre exercido preventivamente, nos estritos termos da lei que autoriza o seu exercício.
- (C) São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a exigibilidade e a coercibilidade. A exigibilidade representa a possibilidade de praticar o ato

sem autorização judicial. A jurisprudência informa que a autoexecutoriedade está presente em todos os atos com fundamento no poder de polícia.

- (D) É possível o poder de polícia ser representado por ato normativo e concreto. A fiscalização realizada por agentes do PROCON representa atividade concreta ou material do poder de polícia.
- (E) A aplicação de sanção a concessionário de serviços públicos pelo descumprimento de regras estipuladas no contrato tem fundamento no poder de polícia.

55

As modalidades de licitação são concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Essas modalidades serão determinadas em função de limites, tendo em vista o valor estimado da contratação. Para obras e serviços de engenharia, esse limite é de:

- (A) até R\$ 3.300.000,00 na modalidade concorrência.
- (B) acima de R\$ 3.300.000,00 na modalidade tomada de preços.
- (C) até R\$ 650.000,00 na modalidade convite.
- (D) acima de R\$ 1.500.000,00 na modalidade tomada de preços.
- (E) até R\$ 330.000,00 para a modalidade convite.

56

O Estado do Ceará, ao concluir procedimento licitatório, atribuiu o objeto do procedimento a outrem que não o vencedor. Nesse caso, houve violação ao princípio

- (A) da publicidade.
- (B) do julgamento objetivo.
- (C) da ampla defesa.
- (D) da adjudicação compulsória.
- (E) da vinculação ao instrumento convocatório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57

Considerando as regras sobre impedimento e suspeição do magistrado, marque a alternativa correta.

- (A) Haverá suspeição do magistrado quando figurar, como parte de processo judicial, instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- (B) É possível a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
- (C) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, podendo o juiz recorrer da decisão.
- (D) O incidente de impedimento sempre terá efeito suspensivo.
- (E) Caso a parte interessada não alegue impedimento ou suspeição do juiz, haverá preclusão temporal.

58

Sobre atos processuais, marque a alternativa correta.

- (A) Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente liberar a forma, considerando-se inválidos os que forem realizados de outro modo.
- (B) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso, devendo haver intimação das partes para a prática de tais atos.
- (C) A desistência da ação produz efeitos imediatamente após requerimento da parte interessada.
- (D) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor e torna prevento o juízo.
- (E) O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

59

Adalberto possui contrato de plano de saúde com o Banco X desde 2002. Em dezembro de 2017, Adalberto foi acometido por uma doença grave que o impossibilita de respirar sem aparelhos, mesmo após uma série de cirurgias. Assim, para manutenção de sua vida, é necessária a montagem de uma pequena “UTI” em sua residência, o que foi aconselhado pelos médicos. Adalberto, então, entrou em contato com o plano de saúde para que este arcasse com os gastos de equipagem e manutenção do tratamento, o que foi negado pelo plano de saúde. Considerando a negativa do plano de saúde, marque a alternativa correta.

- (A) Poderá Adalberto requerer tutela antecipada antecedente, que, sendo favorável, poderá se tornar estável caso a parte contrária não recorra da decisão.
- (B) Caso Adalberto faça o requerimento de medida provisória de urgência cautelar no lugar de tutela antecipada, o juiz negará o requerimento.
- (C) O indeferimento da tutela cautelar obsta a que a parte formule o pedido principal.
- (D) O caso reflete a possibilidade de tutela de evidência.
- (E) Caso o magistrado conceda a tutela de urgência antecedente, caberá recurso de apelação.

60

João propôs ação em face de Paulo requerendo a condenação deste em dano moral e dano material. Paulo, devidamente citado, contestou a demanda e abordou em suas impugnações defesa acerca do dano moral, somente. O magistrado, pautado no diploma processual, proferiu desde logo decisão referente ao pedido não impugnado, condenando Paulo ao pagamento do dano material requerido. Paulo, indignado, recorre alegando que não seria caso de julgamento imediato. Sobre recursos, marque a alternativa correta.

- (A) O recurso apresentado deverá ser apelação, no prazo de 15 dias.
- (B) O recurso apresentado deverá ser agravo retido, devendo haver reiteração de julgamento em sede de apelação, sob pena de desistência tácita do recurso.
- (C) O recurso deverá ser apelação por instrumento.
- (D) Caberá recurso de agravo de instrumento, embora esteja diante de sentença parcial, pois trata-se de decisão interlocutória.
- (E) Caso Paulo não interponha recurso, haverá o trânsito em julgado da decisão e a formação de coisa julgada meramente formal.

61

Considerando as disposições acerca do procedimento nos Juizados Especiais Cíveis previsto na Lei n. 9.099, de 1.995, marque a alternativa correta.

- (A) Não é possível julgamento de ação possessória em sede de Juizado Especial Cível.
- (B) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.
- (C) Não poderão ser partes, no processo que tramitem nos juizados especiais cíveis, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público ou privado, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- (D) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- (E) O Ministério Público deverá intervir nos processos que tramitem no procedimento sumaríssimo.

62

Sobre as novas regras do procedimento comum no novo CPC, marque a alternativa correta.

- (A) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- (B) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, devendo entre eles haver conexão.
- (C) O pedido deve ser certo ou determinado.
- (D) Não se admite pedido genérico no procedimento comum.
- (E) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

63

Acerca da audiência de conciliação e mediação do procedimento comum, marque a alternativa correta.

- (A) Trata-se de audiência obrigatória.
- (B) O réu deve ser citado com 30 dias de antecedência.

- (C) O não comparecimento do autor gera extinção do processo sem resolução do mérito.
- (D) Em caso de litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- (E) É impossível a realização da audiência por meio eletrônico.

64

Antônio, menor impúbere, ajuizou ação de alimentos em face de seu pai pleiteando o valor de um salário mínimo referente à verba alimentar. O pai, devidamente citado, não ofereceu contestação. Não houve, contudo, intimação do Ministério Público para atuar no feito. Momentos antes de proferir sentença, o pai aceitou o pedido do filho, e o referido reconhecimento foi homologado pelo juiz por sentença. Com base na situação hipotética e na atuação do Ministério Público no processo civil, marque a alternativa correta.

- (A) A sentença proferida pelo magistrado é terminativa.
- (B) O processo será nulo, pois o membro do Ministério Público não foi intimado para atuar no feito.
- (C) O membro do Ministério Público deveria ter vista dos autos antes das partes.
- (D) O Ministério Público gozará de prazo em quádruplo para contestar, e em dobro para recorrer.
- (E) Mesmo sem a intimação do membro do Ministério Público, o processo é válido.

65

Marcelo celebrou contrato de arrendamento da fazenda de sua propriedade com Sabrina e Donizete. Na oportunidade, ficou consignado em contrato que, em caso de eventual conflito acerca das disposições contratuais, as partes optariam pela solução via procedimento arbitral. Alguns meses após a celebração do contrato, Marcelo ajuizou ação judicial para discutir algumas cláusulas da avença. A ação tramitou em processo eletrônico, e cada réu contratou o seu advogado, de escritórios diferentes. Considerando que não houve marcação de audiência de conciliação, marque a alternativa correta.

- (A) Sabrina deverá apresentar contestação no prazo de 15 dias úteis contados do recebimento do mandado pelo oficial de justiça.
- (B) Os réus deverão alegar a convenção de arbitragem em sede de contestação, antes de adentrar no mérito de defesa, não podendo o juiz conhecer da matéria de ofício.
- (C) O prazo para contestar será em dobro.
- (D) Os réus não poderão alegar a convenção de arbitragem, em virtude do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- (E) O juiz pode conhecer de ofício qualquer defesa processual.

66

Demerval ajuizou ação contra Manoel e Lucinda pleiteando a condenação do casal em dano moral e dano material em virtude de uma batida de carro. O valor da causa é de R\$ 5.000,00. Os réus foram citados por correio. Após o procedimento que tramitou no rito sumaríssimo, o juiz condenou os requeridos, julgando procedentes os pedidos feitos pelo autor. A sentença transitou em julgado. Considerando a situação e as regras correlatas, marque a alternativa correta.

- (A) Não se admite cumprimento de sentença em processos que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis.
- (B) Neste caso, Demerval não precisa ser assistido por advogado.
- (C) O Ministério Público deve intervir neste feito.
- (D) Não se admite litisconsórcio no procedimento sumaríssimo.
- (E) Não é possível citação por correio ao caso, devendo haver declaração de nulidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

67

Conforme descreve o Código de Processo Penal, no que diz respeito ao inquérito policial e à *notitia criminis*, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta.

- (A) No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presença, noutra circunscrição.
- (B) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, salvo por requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, os quais só se manifestam em ação penal privada para início da ação.
- (C) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação privada poderá realizar a *delatio criminis*, verbalmente ou por escrito, comunicando à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- (D) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até que cheguem os investigadores.
- (E) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, permanecerão na unidade policial e não acompanharão os autos do inquérito quando de sua conclusão e encaminhamento ao Poder Judiciário.

68

Conforme previsão legal, no que se refere à aplicação da lei processual no tempo e a disposições preliminares, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta de acordo com o CPP.

- (A) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, sem ressalvas.
- (B) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (C) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva, mas não aplicação analógica.
- (D) A lei processual penal admitirá aplicação analógica, mas não admitirá interpretação extensiva.
- (E) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sendo que os atos anteriores à vigência da lei nova deverão ser refeitos para a validade dos atos anteriores.

69

Ana Luíza, 23 anos, foi vítima de um crime de ameaça perpetrada por seu ex-namorado, Ronaldo, crime este de ação penal pública condicionada à representação. Apesar de Ana Luíza não querer falar sobre os fatos ou contribuir para eventuais investigações, a amiga de Ana Luíza, Maria Clara, de 25 anos de idade, temendo pela vida de Ana Luíza, comparece à Delegacia e narra os fatos. Diante da situação apresentada, em relação ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Apesar de o oferecimento de denúncia depender de representação, a instauração do inquérito policial independe desta, por se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- (B) Ainda que conclua pela atipicidade dos fatos, a autoridade policial não poderá indeferir o pedido de instauração do inquérito policial.
- (C) O inquérito policial tem como duas de suas características a indisponibilidade e a oficiosidade, motivo pelo qual qualquer crime noticiado obriga a imediata instauração do inquérito policial.
- (D) O Código de Processo Penal proíbe a instauração do inquérito policial sem representação da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- (E) O inquérito policial deverá ser instaurado baseado na *notitia criminis* de Maria Clara, mesmo ela não sendo a vítima da infração, tendo em vista que a notícia, conforme previsão legal, pode ser realizada por qualquer do povo.

70

A respeito da *notitia criminis* e quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) a *notitia criminis* deverá conter, sempre que possível, a narração do fato, com todas as suas circunstâncias, a individualização do indiciado, as razões de convicção sobre ser ele o autor do fato e a indicação de

testemunhas, com indicação de sua profissão e residência e, necessariamente, a capitulação correta dos crimes sobre os quais versa.

- (B) nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, a *notitia criminis* relatada por meio de representação não poderá ser encaminhada ao membro do Ministério Público, salvo nos casos em que a autoridade policial indeferir a instauração de inquérito.
- (C) o advogado somente poderá ter acesso aos autos do inquérito policial com autorização judicial.
- (D) a autoridade policial poderá negar ao advogado o acesso aos elementos de prova de investigações em andamento que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.
- (E) visando resguardar o sigilo do inquérito policial e a eficácia da investigação, a autoridade policial poderá negar ao advogado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas.

71

Conforme descreve o Código de Processo Penal, nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo; entretanto, se a ação penal for de natureza privada exclusiva, só poderá ser proposta pelo ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo. Em relação à ação penal e suas espécies, analise as assertivas a seguir.

- I – Nos crimes de ação penal pública condicionada, o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial. A representação feita oralmente ou por escrito, sem assinatura devidamente autenticada do ofendido, de seu representante legal ou procurador, será reduzida a termo, perante o juiz ou autoridade policial, presente o órgão do Ministério Público, quando a este houver sido dirigida.
- II – Nos termos da lei, o Ministério Público poderá desistir da ação penal iniciada, desde que devidamente justificado, por se convencer da inocência do acusado.
- III – Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal. A queixa não poderá ser aditada pelo Ministério Público, apenas caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

IV – O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

Quanto às assertivas anteriores, pode-se afirmar que

- (A) todos os itens estão corretos.
- (B) estão corretos os itens I e IV.
- (C) estão corretos os itens I e III.
- (D) estão corretos os itens III e IV.
- (E) todos os itens estão incorretos.

72

Em relação à prisão em flagrante e aos meios de prova, de acordo com as regras legais previstas do Código de Processo Penal, analise as assertivas a seguir, indicando a correta.

- (A) O flagrante presumido é aquele em que a pessoa é encontrada cometendo a infração penal.
- (B) Somente policiais podem prender em flagrante delito.
- (C) Em até 48 (quarente e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- (D) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (E) Caso a possível autora de um crime de porte ilegal de arma de fogo seja mulher, a busca pessoal a ser nela realizada em nenhuma hipótese poderá ser feita por um homem.

73

Conforme previsto no CPP (Código de Processo Penal), o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu solto ou preso, varia de acordo com esta condição. Assim, é correto afirmar que

- (A) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- (B) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 15 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- (C) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

- (D) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- (E) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

74

Segundo a disposição legal, a prisão preventiva imposta a mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

- I – não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;
- II – não tenha cometido crime de tráfico de drogas;
- III – não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente;
- IV – não tenha cometido crime contra o cônjuge ou companheiro.

De acordo com previsão legal, estão corretos os itens:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) Todos os itens estão corretos.

75

No que diz respeito à ação penal, analise os itens, indicando a assertiva incorreta.

- (A) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação privada.
- (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (C) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- (D) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso da ação privada subsidiária da pública, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
- (E) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

76

No que diz respeito à ação penal privada, analise os itens a seguir, indicando a assertiva correta.

- (A) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público não terá nenhum poder de intervenção, nem mesmo para velar pela sua indivisibilidade.
- (B) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- (C) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, incondicionalmente.
- (D) O perdão não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- (E) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.

77

Analise a seguinte situação hipotética: o juiz da 5ª Vara Criminal de Fortaleza/CE determinou a prisão preventiva de Joaquim Francisco, de 19 anos de idade, pela prática do crime de receptação dolosa simples (art. 180, *caput*, do CP – pena: reclusão de 1 a 4 anos), determinando o juiz como fundamento da decretação da prisão preventiva a necessidade para instrução penal, em razão de Joaquim não ter comparecido a nenhuma das convocações feitas pela justiça. Joaquim Francisco é réu primário, entretanto consta em seu desfavor a prática de diversos atos infracionais violentos praticados no período de adolescência. De acordo com a situação hipotética apresentada, analisando o disposto no Código de Processo Penal sobre prisão e liberdade provisórias, podemos afirmar que a decisão do Juiz da 5ª Vara Criminal está:

- (A) correta, pois o crime é punido com reclusão e há um dos fundamentos previstos na legislação processual penal (art. 312 do CPP).
- (B) incorreta, pois não é possível decretar prisão preventiva para crimes punidos com pena igual ou inferior a quatro anos não sendo o réu reincidente.
- (C) correta, pois o fato de ter praticado atos infracionais antecedentes pode ser fundamento para afastar a primariedade do autor.
- (D) correta, pois o juiz poderá sempre decidir de forma totalmente arbitrária em relação a provisória.
- (E) incorreta, pois não se pode decretar prisão preventiva para crime sem violência ou grave ameaça.

78

Não será concedida fiança:

- I – nos crimes de racismo;
- II – nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;
- III – nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- IV – quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

De acordo com o previsto no CPP, estão corretos os itens

- (A) todos os itens estão corretos.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II e III.

79

No que diz respeito ao processo e ao julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, analise as assertivas a seguir, indicando o item correto.

- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.
- (B) Nos crimes inafiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- (C) O juiz receberá a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, ainda que se convença, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime.
- (D) Recebida a denúncia ou a queixa, será o acusado citado, na forma estabelecida no regimento do tribunal por onde tramitam os autos, e não de acordo com o CPP.
- (E) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.

80

Conforme entendimento sumulado do STF em relação ao instituto do *habeas corpus*, analise as assertivas a seguir, indicando a incorreta.

- (A) É cabível *habeas corpus* preventivo quando há fundado receio de ocorrência de ofensa iminente à liberdade de locomoção.
- (B) Não se conhece de *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.
- (C) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- (D) Não cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
- (E) Cabe *habeas corpus* ainda que já extinta a pena privativa de liberdade.



CONCURSO PÚBLICO – 2019

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
b	e	d	d	c	a	b	b	d	c	c	c	c	e	c	c	d	b	b	c
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
a	a	b	c	e	d	d	e	c	e	b	c	d	e	b	a	d	e	e	c
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
a	e	c	e	d	b	c	e	d	d	b	e	b	d	e	d	c	e	a	c
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
b	e	d	e	b	b	a	b	d	d	b	d	a	c	e	e	b	a	a	e

